

(TRA01 – Grupo de trabalho temático do dia 31/outubro)

Fundamentos metodológicos para análise de projetos sociais a partir da ótica da Psicologia Social Comunitária e da Pesquisa Participante.

Profª Drª Regina Célia do Prado Fiedler

E-mail: reginafiedler@uol.com.br

Este artigo é resultado de parte de meu trabalho de doutoramento, no qual realizamos uma análise dos princípios interventivos da Psicologia Social Comunitária, buscando a origem das perspectivas interventivas da Psicologia comunitária que é, fundamentalmente, a pesquisa participante em Brandão (1984a e 1984b); Freire (1984); Fals Borda (1984); Demo (2001), entre tantos outros.

No entanto, ao falarmos de Psicologia Comunitária, precisamos, primeiramente, definir o que vamos chamar neste trabalho de comunidade. Para isso utilizaremos a sua definição psicossocial, compreendendo-a como um sentimento de pertença grupal, de compartilhamento de história, cultura e experiências em comum. Para Souza (2006), o sentimento de comunidade é gerado pelo tecido psicossocial da comunidade: a consciência de um “nós”, que vive e compartilha um processo histórico semelhante. Para a autora a consciência de um “nós” se dá pelo reconhecimento de uma “igualdade”, ao serem percebidas condições semelhantes de vida.

Para não definirmos comunidade só como um sentimento que precisamos desenvolver nos locais que vamos atuar, também definiremos comunidade como um lugar, que muitas vezes é negligenciado, ignorado ou mesmo repudiado, mas um lugar de fazeres sociais: de produção de significados e sentidos sociais. Assim, podemos nomear comunidade não só aquelas que têm consciência do ‘nós’ que as constitui - senão correríamos o risco de não termos mais objeto de estudo – mas um local que tenha um certo grau de permanência de seus moradores e que compartilhem, minimamente, experiências em comum. Assim, não buscaremos um ideal romântico de comunidade (LANE e SAWAIA, 1996), também não seremos tão concretos como Bauman (2003), ao dizer que o sentido comunitário acabou. Pois é claro, para quem vive num país como o Brasil, que muitas comunidades (ou grupos) sobrevivem graças a estes vínculos sociais.

Ao buscar aproximar as avaliações de projetos sociais com as práticas de pesquisa participante e da pesquisa ação, realizaremos um retrospecto sucinto do surgimento das metodologias participativas nas ciências sociais e humanas não é nosso objetivo. É necessário lembrar que sua origem está na crítica ao paradigma positivista da neutralidade científica, dos métodos de coleta e análise supostamente fidedignos e concretos da realidade. As metodologias participativas surgem em resposta às demandas sociais que emergiram nos anos de 1960 da marginalização social e política em que vivia grande parte das populações dos países subdesenvolvidos, em especial, os latino-americanos.

Nesse contexto, desenvolvia-se a necessidade de delinear estratégias metodológicas que permitissem superar as dicotomias sujeito-objeto e teoria e prática, possibilitando uma produção coletiva de conhecimentos em torno de vivências, interesses e necessidades dos grupos concebidos agora como produto histórico e social.

Concebiam-se, assim, uma forma de se fazer pesquisa com uma expressa intencionalidade política e uma opção de trabalho nos setores marginalizados da sociedade, que visavam com base em uma integração entre investigação e participação social que pudesse analisar as contradições que denunciavam os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo.

Apoiados nesta vivência, os setores populares poderiam não só ser incorporados, como atores do processo de geração do conhecimento, como também poderiam gerar propostas de ações expressas em uma nova perspectiva de consciência e mudança social.

Com base no supracitado, podemos observar que o campo da Psicologia Social Comunitária desenvolve-se concomitante com a possibilidade desta nova forma de pesquisar e agir, agir e pesquisar, demonstrando grande afinidade entre desenvolvimento científico e transformação social.

Para relacionarmos os pressupostos da pesquisa participante (PP) com nossa pesquisa sobre projetos de extensão em universidades privadas, lemos uma quantia significativa de autores em metodologia da Psicologia Social Comunitária. Então, listamos algumas perguntas-chave para compreensão dos pressupostos metodológicos do campo: 1) Quem é o sujeito da ação interventiva? 2) Como se processa a demanda da ação interventiva? 3) Até que ponto a comunidade participa da elaboração do projeto de intervenção? 4) Como a ação interventiva produz e socializa o conhecimento produzido e quem se beneficia com ele? 5) Há compromisso com a emancipação do contexto social em que ocorre a intervenção?

1. Quem é o sujeito da ação interventiva?

Durante séculos, a ciência positivista conferiu o lugar de sujeito ao pesquisador, ao cientista que agia com seu pensar neutro e objetivo – próprios da racionalidade humana em voga – e relegar à realidade o papel de objeto, desenvolvendo métodos de apreensão desta realidade passível da análise neutra.

Antes do mundo definir-se como pós-moderno, este modelo de apreensão da realidade já era relativizado pelas ciências humanas e sociais, mas ao postular-se a sociedade da complexidade (MORIN, 2005), os modelos cientificista da objetividade e da neutralidade entram em crise, fundamentalmente porque a realidade define-se como aquilo que podemos ver e filtrar (a ideologia, os conceitos a priori, o uso do poder pelo cientista, etc.).

O positivismo também reconhece que o julgar neutro também é tomar posição na análise da realidade, e as ciências, como um todo, começam pela grande influência do materialismo dialético e da física quântica a buscar outras formas de se investigar a realidade e os fenômenos de ordem social, nas quais se reconhecia não só o pesquisador como a realidade e o mundo social, como ativo: agente e reagente sócio-histórico.

A esta mudança paradigmática de método científico, acrescentamos a necessidade eminente que as populações dos países subdesenvolvidos tinham (e têm) de elaborar teorias que dessem subsídios às transformações sociais, encaradas como urgentes e temos a configuração do que representaram (e ainda representam) as pesquisas participantes e as intervenções comunitárias na América Latina, em geral.

Em um de seus artigos intitulado “Criando métodos de pesquisa alternativa”, Paulo Freire defende uma pesquisa que fosse transformadora do social e do povo para o povo, postula que o sujeito da pesquisa não deve ser somente o local ou população, no qual o pesquisador vai se debruçar, mas o próprio ato de debruçar-se sobre o fenômeno. Postula, apoiado nas críticas marxistas que pesquisador e pesquisados devem conceber conhecimentos novos para transformação dos valores da sociedade.

Sob a mesma perspectiva pensam os teóricos latino-americanos da Psicologia Social Comunitária, ao definirem que a base ontológica do campo é de natureza ativa, não só do pesquisador como do sujeito grupo ou comunidade, na qual se intervém. Por entender que estes sujeitos grupos ou comunidades desenvolvem, ao longo de sua história, conteúdos e formas de se fazer que devem ser levadas em consideração em uma intervenção, pois de outra forma corremos o risco de desenvolver uma pesquisa/prática descolada do contexto em que surgiu ou da intervenção fracassar por falta de envolvimento da comunidade.

Em convergência com esta natureza de co-construção de verdades dialogadas entre ciência/pesquisador e senso comum/sujeito grupo ou comunidade de intervenção, temos a

teoria institucionalista de Lapassade (1983, 2005) e Loureau (2003), ao estudar que a repetição das vivências de poder entre socioanalistas e o grupo de intervenção proíbem o grupo experimentar a vivência de sujeitos da ação, sujeitos da própria vida e geradores de seus próprios recursos/conhecimentos para superação das relações irrefletidas da vida cotidiana. Assim, de maneira radical, defende que o sujeito da ação interventiva é o grupo demanda, ficando os socioanalistas com a tarefa de lhes facilitar o novo: “A intervenção socioanalítica é ainda diretamente política pelo fato de estabelecer o poder do especialista nem que seja apenas o seu poder de distinguir os analisadores que farão análise em seu lugar” (LAPASSADE, 1983).

Brandão (1984b) confirma que o papel do pesquisador é político, porque com base em seu olhar, ele constrói o fenômeno a ser pesquisado. Aponta, então, para uma dificuldade central na atividade científica e (*por nossa conta*) interventiva: “como tratar, pessoal e metodologicamente, uma relação antecedente de alteridade que se estabelece e que, na maioria dos casos, é a própria condição da pesquisa” (BRANDÃO, 1984b, p. 8)

Para Demo (2004), um dos critérios políticos que direcionam as pesquisas participantes é o acordo intersubjetivo que implica o consenso entre pesquisadores e comunidade, no qual o conhecimento científico não substitui o saber popular e vice-versa, cabendo a construção de estratégias coletivas.

Finalmente, lembremo-nos de Gramsci com seu construto do Intelectual Orgânico, que é aquele que faz uma intersecção entre conhecimento popular e conhecimento científico, com objetivo de construir novos conhecimentos que possam ser utilizados e incorporados pelas classes oprimidas e exploradas.

Fundamentalmente em Gramsci, seria necessário que a “filosofia espontânea”, gerada com base na vida cotidiana, pudesse valorizar a si própria, propiciando maior articulação entre o saber do senso-comum e as reais necessidades da vida cotidiana daquelas populações, resgatando sua história e sua cultura a fim “de que possa ser colocada a serviço das lutas e metas do homem comum” (GRAMSCI, 1979, p.72).

Kramer (1978) julga que a suposta igualdade na produção e condução dos saberes populares e científicos é limitada, pois o pesquisador ainda continua sendo pesquisador e o morador continua sendo o morador. Aponta ainda que a possibilidade da ciência em transformar a realidade e transformar a vida dos homens é nitidamente limitada, pois são duas realidades completamente desiguais na questão do poder e de seu uso.

Podemos ver é que a pesquisa participante (PP) não é, nem de longe, a metodologia menos conflituosa às ciências humanas e sociais e, muitas vezes, é interpretada somente por um exercício militante. Na verdade, é a forma como vamos refletir sobre a ação interventiva que vai consolidar seu caráter científico e militante ou só um deles.

2. Como se processa a demanda da ação interventiva?

Na pesquisa positivista convencional, a demanda da investigação é a do próprio investigador, que vê no seu fenômeno a possibilidade de descobertas para sua ciência e, posteriormente, à sociedade.

Já na pesquisa participante, a questão da demanda é mais complexa. Se compreendermos que esta metodologia visa não só a co-construção do saber produzido, como também sua utilidade para que haja transformação nas relações tradicionais de poder e submissão social, uma demanda de pesquisa deve surgir do próprio local de intervenção. Mais complicado ainda é constatar que a demanda, na maioria das vezes, vem no sentido assistencialista (pois, assim são entendidas as intervenções externas no contexto da pobreza). Então, o problema que se apresenta é como construir uma intervenção transformadora em um espaço que não se propõe inicialmente a isso?

Para Montero (2006), a demanda, isto é, o que vai originar uma ação e uma relação de intervenção, muito além da solicitação de um trabalho por conta da comunidade, deve basear-se no levantamento das necessidades da comunidade e dos recursos que esta tem para suprir tais necessidades com a intenção de não só suprir a carência que origina a demanda pedido, mas, sintoma das relações de dependência entre agentes interno e externo da própria comunidade.

Alguns autores da Sociologia e da Psicologia nos dão alguns indicativos. Lapassade (1983) e os estudiosos da socioanálise, como Rodrigues (2002) ajudam a responder esta questão, ampliando a palavra demanda para dois tipos: demanda-pedido e demanda-guerra.

O termo demanda tem uma diversidade de definições. A Psicologia vai organizá-lo como unidade de investigação com base no desenvolvimento da clínica psicológica, fundamentalmente, da clínica psicanalítica. Vai definir a demanda como demanda-pedido, isto é, que esteja localizada na análise da solicitação no momento da procura pelo especialista – já previamente definido como aquele que tem o poder de curar ou amenizar o sofrimento da competência do escolhido especialista. No raciocínio clínico tradicional, o profissional acolhe esta demanda, tentando identificar, analiticamente, sua psicodinâmica, inserindo-a ou não em um outro patamar de análise, que é a demanda-guerra.

Esta se constitui em um campo micropolítico de relações, nas quais se busca desvelar, denunciar o jogo de poder que se apresenta na demanda pedido. Este jogo de poder se faz em todas as relações sociais, reprodutoras das relações naturalizadas de submissão ao outro, da lógica autoritária que submete o desejo do indivíduo ao outro, em uma co-dependência em troca de vida confortável (da não participação e do não comprometimento). No caso do nosso assunto, os grupos comunitários virão quase sempre com um pedido absolutamente desigual na concepção do poder dado ao especialista, de qualquer área, oferecendo a este sua história de vitimização e submissão intelectual e prática.

Assim, demanda-guerra nos é denunciada na intervenção comunitária que propõe basear-se apoiada na pesquisa participante. Aos ‘especialistas’ (ressalto, não só da Psicologia), cabe reafirmar esta submissão (muitas vezes, agradável aos especialistas) ou denunciá-la baseado em uma intervenção conscientizadora, que os faça refletir sobre suas condições de dependência.

Lapassade (1983) cita que essa é a oportunidade de revelar um outro problema, de ordem estrutural da demanda-pedido (que se sustenta assistencialista na comunidade), que é a história da construção da impotência social e pessoal. Este outro problema que surge, pode ser inovador das relações de dependência de determinado grupo, instituição ou comunidade.

Rodrigues (2002) baseado nas teorias socioanalíticas, ressalta que este novo problema deve denunciar o “*nível micropolítico de constituição-produção das realidades (...) e assumirão a forma resultante de confrontos entre estratégias e táticas num campo de batalha*” (RODRIGUES, 2002, p. 76).

De um lado, está um público que luta para reproduzir as relações de vitimização e passividade política e, de outro, especialistas que, não se posicionam como tal, mobilizam o grupo para ações de participação e compromisso.

Por isso, entendemos que a demanda-pedido deve ser profundamente analisada pelo grupo de intervenção e este deve, no processo interventivo, deslocar este para aumentar a flexibilidade sobre as relações cotidianas de transformação social.

Quando um especialista dita, baseado em seus saberes, como será respondida a demanda, ele priva a comunidade de tomar mais esta decisão e transformar suas relações cotidianas.

Foucault observa que:

não utilize o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade, nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele

não fosse senão pura especulação. Utilize a prática política como intensificador do pensamento e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política(FOUCAULT, 1991, p. 84)

Portanto, uma questão aparentemente simples, como a da demanda, revela uma parte importante da intervenção na Psicologia Social Comunitária, pois denuncia a forma automática como especialistas lidam com os pedidos dirigidos a eles que, no fundo, nos proporcionam novos espaços de atuação para conscientização e desnaturalização das relações de poder e submissão das populações carentes – não só de recursos, mas, do uso do poder.

Lapassade (1983) e Pichon- Rivière (1998) citam que oferecer um espaço para transformar as relações historicamente construídas em um grupo que pode resultar em ansiedades e resistências que pode aniquilar as relações com os interventores, pois mudar atitudes, comportamentos e formas de organizar o pensamento individual e grupal é muito custoso energética e afetivamente. Por isso, uma intervenção, para ser bem-sucedida, deve ser co-produzida e co-planejada pela comunidade, instituição ou grupo que solicitou o trabalho.

3. Até que ponto a comunidade participa da elaboração do projeto de intervenção?

Na análise positivista, entendemos que os fenômenos sociais (como uma comunidade, um grupo ou instituição) constituem ou são constituídos por formas simbólicas e estas duas (fenômenos sociais e formas simbólicas) são tratadas como objetos naturais, mensuráveis e passíveis de análise formal, estatística e objetiva. (THOMPSON, 1995).

É claro que não se quer abolir as formas de pesquisa mais quantitativas, o que as metodologias participantes querem é que só estes dados não sejam suficientes para analisar um contexto social que este contexto social seja analisado por ele mesmo, pelo pesquisador, por quem puder fazer-pensar. Thompson ao postular o referencial metodológico da hermenêutica da profundidade refere-se ao social:

O mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas cotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor. (THOMPSON, 1995, p. 358)

A pesquisa participante concebe que as pessoas do local de intervenção devem exercer papel ativo na elaboração da pesquisa/intervenção. Na pesquisa-ação, mais que na observação participante, os procedimentos a serem selecionados à intervenção devem ser estabelecidos baseados em um diagnóstico, em que os participantes tenham voz e vez, isto é, que as pessoas envolvidas com a pesquisa e com a intervenção estejam implicadas de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1985).

É prioritário, que entendamos a intervenção comunitária como uma atividade que só se faz em conjunto com uma ação de pesquisa, pois o agente externo, o investigador ou pesquisador deve o tempo todo analisar a dinâmica de (não) participação da população foco, com intuito de trabalhar efetivamente com essa dinâmica.

Se a PP previsse atores sociais participantes da intervenção, teríamos de supor que esta pesquisa só poderia ser desenvolvida em um espaço onde seus atores estivessem interessados e mobilizados à ação conjunta. Mas se assim fosse, a intervenção seria menos necessária. Demo (2004) esclarece que a tarefa de sensibilizar a população para suas reais necessidades é a maior empreitada da PP, pois precisa de cidadãos conscientes, ativos e organizados, o que aproxima o autor das discussões em intervenções comunitárias.

Para Demo (2004, p.109), “*Esta perspectiva é tanto mais necessária, por conta da idéia forte de capacitação e “empoderamento”¹ da comunidade, para que ela possa tomar seu destino em suas mãos e realizar seu processo emancipatório*”.

Neste sentido, envolver a comunidade (foco de nosso interesse neste capítulo) na pesquisa participante tem uma série de significados e ações advindas destes. Há autores que definem que esta premissa baseia-se na tentativa de levantar com a comunidade, quais ações esta quer ver sendo desenvolvidas em seu meio, como se seu papel fosse o de simplesmente escolher o produto que vai utilizar (psicólogos comunitários norte-americanos, de forma geral, que vêm na intervenção um local de mudanças de atitudes individuais, centralizando o treinamento destas atitudes em si, os especialistas).

No outro extremo, há os que defendem que o investigador-pesquisador deve envolver-se de tal forma com os problemas da comunidade que deve abrir mão de sua história para compreender e conscientizar os pobres (pesquisadores tradicionais marxistas, que vêm nas comunidades carentes a oportunidade de fazer a revolução dos modos de produção, discurso um pouco deslocado das comunidades no século XXI).

Como vemos em Demo:

A PP tem servido de enfeite para certa esquerda charmosa que jamais colocaria em riscos privilégios acadêmicos. A crítica sem a devida prática tem sido problema dos mais agudos, porque esvazia a proposta, tornando-a hipócrita. O exemplo de Gramsci, patrono principal deste idéia nobre, é claro: assumiu de corpo e alma a causada operária, e passou tempo na prisão (DEMO, 2004, p.121).

Interessa-nos uma visão mediatrix entre uma concepção e outra: aquela que envolve o pesquisador no contexto sócio-histórico da pesquisa, com intuito não de fazer a revolução socialista ou comunista, mas, de operar, por meio da consciência das diferenças de classe, da diferença da ideologia que permeia cada um dos cotidianos (do pesquisador e população), uma transformação de baixo para cima, uma possibilidade de construir uma nova consciência, advinda desse encontro entre pessoas, esferas tão diferentes e tão iguais da sociedade.

Assim, comunidade e pesquisador não devem aniquilar as diferenças individuais, próprias da história de seu tempo, mas devem construir, baseados em uma convivência honesta e eticamente comprometida, uma nova forma da sociedade se pensar e pensar sua complementaridade. É importante ressaltar que o binômio comunidade/pesquisador, na PP é substituído por agentes internos e externos, pois concebemos os dois como parte integrante do processo do pesquisar.

Desta forma, ciência e comunidade são partes complementares da mesma moeda: uma sociedade que precisa se pensar e mudar suas relações urgentemente, para não só diminuir as diferenças sociais, mas, para dar continuidade à própria humanidade. Não queremos com esta afirmação ignorar o antagonismo inerente que separa intelectual (no Brasil, aquele que pôde chegar lá) e o povão (aquele que não teve oportunidades, de acessar a educação superior), queremos apenas ressaltar a possibilidade destes antagonísticos não serem apenas opostos, mas, complementares e, juntos, transformadores.

Pensar a participação da comunidade na elaboração de projetos é poder desenvolver a escuta nesta comunidade: como é a relação entre lideranças comunitárias e comunidade, etc.. Quais são as culturas civis, religiosas, políticas que regem as crenças, as normas, as regras de

¹ Montero (2004b) vai discutir o uso errôneo do termo nas metodologias mais coletivistas de intervenção em Psicologia Social Comunitária e dirá que o termo correto, originado destas intervenções na América Latina seja o fortalecimento comunitário e não “empoderamento”, termo advindo das intervenções com caráter individualizado na América do Norte)

participação daquela comunidade; quais as maiores necessidades sentidas nessa população² Quais as necessidades que possibilitarão a mobilização coletiva; como a comunidade se percebe e percebe seus recursos; como vê seus empecilhos e como tenta superá-los? Quais espaços de reflexão este local oferece; como são ocupados pelos moradores/participantes, etc.?

Sem esses dados, que devem ser trazidos pela própria comunidade em discussões formais ou informais, mas, que precisam ser sistematizadas para conhecimento de todos, não é possível formular um projeto de intervenção de cunho reflexivo e transformador das relações de submissão e dependência social.

Uma intervenção que não só se fundamentaria no conhecimento da realidade vivida por determinada população, mas assumiria com ela as diversas possibilidades de reflexões e ações comuns e coletivas, que se constituíssem, como espaços de mudanças.

Assim, tanto na PP como na Psicologia Social Comunitária, não é eficaz um projeto de intervenção ou um programa que não esteja pautado nas necessidades da comunidade, bem como na sua cultura e nas suas opiniões, pois não contribuiria para tornar a comunidade sujeito de sua história.

4. Como a ação interventiva produz e socializa o conhecimento produzido e quem se beneficia com ele?

No paradigma científico tradicional positivista, o conhecimento é gerado pelo pesquisador, com a finalidade de evolução da própria ciência e as transformações sociais que adviriam da popularização acadêmica do saber produzido em determinado contexto. Procura compreender as variáveis sociais que interferem na construção do fenômeno humano individualizado do que, como e por que reproduzimos ou produzimos a sociedade.

É importante também ressaltar o uso ideológico que podemos fazer dos conhecimentos gerados em uma pesquisa de campo: na verdade, até aqui este tem sido o trabalho científico que divide o mundo sobre o qual se realiza a prática de ‘conhecer para agir’ em dois lados opostos: o lado ‘popular’ dos que são pesquisados para serem conhecidos e dirigidos, *versus* o lado ‘científico’, ‘técnico’ ou ‘profissional’ de quem produz o conhecimento, determina seus usos e dirige ‘o povo’, em seu próprio nome ou, com mais frequência, no nome de para quem trabalha. A expressão aparentemente neutra que existe na idéia de “objeto de pesquisa”, muitas vezes subordina a idéia e na intenção de que aqueles cujas “vida” e “realidade” afinal se “conhece”, sejam reconhecidos para serem *objetos* também da história (BRANDÃO, 1984a).

Com a influência do materialismo dialético, buscar-se-á uma nova forma de se fazer ciência e produzir conhecimentos, originando um novo paradigma, que construiu a PP como uma de suas metodologias. Na PP e nas intervenções comunitárias de caráter coletivista, entendemos que a comunidade ou o espaço de intervenção deve participar do processo inteiro da pesquisa, sob pena de não cumprir sua finalidade se assim não foi.

A PP envolve um sério comprometimento político com as transformações microsociais e sociais do entorno da intervenção, isto poderia parecer ser mais importante que a produção científica advinda da pesquisa.

Ao focar a PP nos processos de mobilização comunitária, a construção do conhecimento com ela e a difusão deste conhecimento produzido por uma coletivização de informações entre agente interno e externo proporciona o exercício, por vezes raro, de poder e

² Montero (2006) cita que são organizados três tipos de necessidades: as *normativas*, previamente, estabelecidas pelo Estado, pelas entidades como ONU, etc, mas que não são conhecidas da população, a necessidade *comparada*: aquela comunidade tem e a outra não tem, o que define uma carência e as necessidades *sentidas* que são levantadas pela própria comunidade e que operariam ação coletiva mais efetiva, porque são mais vividas emocionalmente.

autonomia na geração de um conhecimento ou de um corpo de conhecimentos que surja e seja trabalhado pela própria comunidade.

Ao serem compartilhados saberes de práticas que já se faziam, mas que não eram olhados ou valorizados pela população, a conscientização popular que pode haver é de grande valia. Assim, é importante explicitar que a inteligência, a criatividade e a engenhosidade encontram-se entre os recursos intelectuais e afetivos das comunidades.

Mostrar como a fé e os hábitos religiosos mantêm o caráter de resistência dos valores coletivos: clarificar como os conhecimentos tradicionais de seus ancestrais constituem parte importante da identidade da comunidade. E, finalmente, explicitar como esses conhecimentos fazem parte dos recursos de caráter histórico e cultural que esta população tem, não só de resistir à exclusão e ao sofrimento social, mas, lutar por seus direitos e pela satisfação de suas necessidades primárias e secundárias. (MONTERO, 2006)

Portanto, uma PP ou uma intervenção comunitária com enfoque na mobilização coletiva concebe a produção, a sistematização e a utilização do conhecimento como analisador construído - um instrumento que é construído com a finalidade de romper o discurso de carência de poder já institucionalizado no grupo/comunidade de intervenção, no qual é possível analisar as reproduções e as novas relações de poder que se originam dele.

Fals Borda (1984) propõe que a metodologia participante conte com cinco princípios básicos, aqui explicados sucintamente:

- 1) *Autenticidade e compromisso*: consiste em não negar a diferença histórica e a posição elitizada (e intelectualizada) do pesquisador, mas acessar a população com compromisso e ética para unir cotidianidade popular com crítica dos determinantes sócio-históricos;
- 2) *Antidogmatismo*: deve-se acessar a comunidade sem levar a esta os objetivos ideológicos, por vezes radicais, do pesquisador, mas sim buscar com ela as finalidades e objetivos de uma PP;
- 3) *Devolução sistemática do conhecimento produzido*: a devolução das observações, reflexões que o interventor realiza para a comunidade - *dados sobre a história do local, dos acontecimentos esquecidos da memória coletiva* – propiciariam novos níveis de consciência política. Para isso, é preciso tornar a linguagem acessível à população, sem a arrogância intelectual usual do meio científico.

Este princípio, também encarado como procedimento, envolve várias revisões críticas nos agentes internos da comunidade, visando a esclarecer, corrigir e salientar alguns dados da pesquisa, para que o produto final do trabalho seja investigado por todos os envolvidos;

- 4) *Feedback aos intelectuais orgânicos*: a restituição sistemática deve enriquecer a intervenção e até mudar seu rumo. Neste caso, é eficiente formar um grupo de interventores, para que reflitam em grupo as questões provenientes do campo;
- 5) *Ritmo e equilíbrio de ação e reflexão*: a ação interventiva deve respeitar a velocidade com que a comunidade caminha em suas análises e críticas da cotidianidade;

A partir de Hall (1978); Fals Borda (1986) e Demo (2004), poderíamos identificar características importantes do novo paradigma - que compreende como fundamental a participação popular em sua confecção e em seu uso que Fals Borda (1986) chegou a nomear de “ciência do povo”, mas, hoje, é simplesmente denominada de paradigma da complexidade, em contraposição ao paradigma positivista de ciência:

- 1) o retorno da informação à população na linguagem e na forma cultural na qual se originou;
- 2) o controle do trabalho de pesquisa compartilhado entre agente interno e externo da pesquisa;
- 3) popularização de técnicas participativas e co-produzidas;
- 4) manter com a pesquisa uma atitude reflexiva e transformadora das relações de poder historicamente produzidas;
- 5) o processo de pesquisa não se encerra na produção acadêmica, mas deve representar um benefício direto à comunidade;
- 6) envolve observação, reflexão dialógica e

ação e novamente reflexão, discussão e ação, em um processo contínuo que deve, posteriormente, emancipar-se do agente externo, para autonomia da própria comunidade e, finalmente; 7) tem como objetivo final a liberação do potencial criativo, mobilizatório e autogestionário da comunidade ou população de intervenção.

Assim, podemos resumir os usos do conhecimento produzido não só pela PP, como em qualquer pesquisa de caráter social, em quatro tipos:

a) conhecer a realidade dos grupos “oprimidos e os contestatários” (OLIVEIRA, 2001) para suprimir os conflitos e reforçar a dominação, no qual o papel do pesquisador é de detentor do poder;

b) conhecer a realidade desses grupos com a finalidade única de usá-los para fins pessoais e acadêmicos, utilizando a intervenção como propaganda midiática, na qual o pesquisador/interventor não tem nenhum comprometimento ético com a população pesquisada;

c) conhecer a realidade dos grupos supracitados, mas perder-se no ativismo, limitando-se a seguir cegamente as pautas de comportamento do grupo, renunciando a utilização crítica do arcabouço teórico/prático que dispõe para problematizar e desnaturalizar o contexto vivido, no qual o pesquisador/interventor acaba por anular-se, perdendo sua razão de ser e de estar ali. (OLIVEIRA, 2001)

d) conhecer a realidade desses grupos para transformá-los, por meio da co-produção de sentidos políticos e cidadãos, pela transversalização dos conhecimentos, servindo para operar mudanças simbólicas e concretas no mundo. Este conhecimento produzido deve se armazenar, como história do próprio grupo, comunidade, instituição, etc.

Assim, entendemos como deve ser gerido o conhecimento e, finalmente, veremos se nas metodologias participativas ou nas intervenções comunitárias há interesse em transformação social.

4.5 Há compromisso com a emancipação do contexto social no qual a intervenção ocorre?

Como já observamos em outras partes deste capítulo, o envolvimento do pesquisador/interventor em espaços populares carentes de poder vem no sentido de conscientizar para alterar as relações de dominação historicamente construídas.

Identificamos que esta finalidade pode estar no discurso dos interventores mas não acontece de fato ou por falta de conhecimento do interventor, ou porque os verdadeiros sentidos de tal prática são obscuros.

Assim, resta-nos aqui, compreender os diversos sentidos que podem ser atribuídos ao termo “transformação social”, que a literatura nos traz.

Podemos entender o termo, baseado em uma visão individualista, que aumente a possibilidade de inclusão de indivíduos marginalizados, apoiada na capacitação profissional individual que é entendida como transformação social. – a corrente que defende este tipo de intervenção é, voltando ao Quadro B (p.112), a Ecologista 2.

Já a Corrente Ecologista 1, volta-se, também, ao mercado de trabalho como lugar de transformação social, mas com um enfoque mais coletivista, pois entende que uma nova forma de gestão do capital, baseada no associativismo ou cooperativismo, construiria novas experiências de apropriação do pensar, do fazer e do sentir-se na sociedade.

Já na Psicologia da Saúde, em um enfoque mais comunitário, trabalhamos com a questão da transformação social apoiada na conscientização dos sentidos sobre a saúde e a doença de determinada população, privilegiando as mudanças nos sentidos e práticas de saúde/doença, como o grande foco das transformações sociais, lembrando que a área tem como conceito de saúde questões físicas, psíquicas e sociais, como qualidade de vida, acesso a bens públicos e cidadania.

No campo das políticas de intervenção, a orientação psicopolítica, a orientação marxista 1 e 2, os institucionalistas e a orientação educativa – o foco está em conscientização para a mobilização política. Nos espaços de reflexão, que se podem construir com as comunidades (seja em sala de aula, seja em assembléia), para a denúncia das situações de opressão, conscientização dos processos de vitimização social para a ação ou práxis, ou ação coletiva (dependendo da orientação teórica da intervenção) para mobilização, reivindicação e transformação social.

Nas intervenções com orientação individualista, transformar o social depende muito mais de auto-estima, de auto-valorização, do indivíduo daquele local. Para esta orientação, a transformação social só pode ocorrer baseada no indivíduo, seguindo o modelo médico de cura e recuperação.

Assim, é claro que a forma de pesquisa desta orientação segue um modelo mais fechado de relação com a comunidade, na qual o profissional/pesquisador já apresenta o plano de intervenção, a forma como pretende desenvolvê-lo e os resultados esperados, ignorando total ou parcialmente a produção simbólica que tal intervenção implicará.

Como vimos, é possível desenvolvermos um instrumento de avaliação qualitativa de ações e/ou projetos sociais, e determinar qual o grau de envolvimento do projeto para a transformação da vida das pessoas que dele participam, esse artigo buscou realizar essa reflexão.

Referências Bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRANDÃO, Carlos R. *Pesquisa Participante*. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1984a
- _____. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984b
- DEMO, Pedro. *Pesquisa e informação qualitativa: Aportes metodológicos*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- _____. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Líber Livros: 2004.
- FALS BORDA, Orlando. *Acción comunal em vereda colombiana*. Bogotá, Universidad Nacional, Monografías sociológicas, 1959.
- FALS BORDA, Orlando (org). *Crítica y política en ciencias sociales: el debate teoría e práctica*. Bogotá. Punta de Lanza, 1978
- _____. *Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular*, in BRANDÃO, Carlos R. pesquisa Participante. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1984
- _____, *Investigación Participativa*. Ediciones de la Banda oriental, Montevideo, 1986)
- FOUCAULT, Michel. *O Anti-Édipo: uma Introdução à vida não fascista*. In: ESCOBAR, Carlos Henrique. Dossier Deleuze. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991.
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação in BRANDÃO, Carlos R. pesquisa Participante. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3 ed. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- HALL, B. L. *La creación de Conocimiento: la ruptura del monopolio de métodos de investigación, participación y desarrollo*. In: Simposio Mundial de Cartagena, vol.1. Bogotá: Editora Punta de Lanza, 1978.
- KRAMER, D. et alii. *Investigación-Acción y realidad*. In: Simpósio Mundial de Cartagena – Crítica y política en ciencias sociales. Ed. Punta Lanza, Bogotá, 1978

- LANE, S. T. M. e SAWAIA, B. B. *Psicologia: Ciência ou Política?* São Paulo: EDUC, 1988.
- LANE, S. T. M. *Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil*. In: MARTIN-BARÓ, I. *Sistema, grupo y poder. Psicología social desde centroamérica (II)*. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeón Canas, 1989.
- _____. *Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil*. In: CAMPOS, R.H.F. *Psicologia Social Comunitária – da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- LAPASSADE, Geoges. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. *As microsociologias*. Série Pesquisa em Educação. Brasília: Líber Livro, 2005.
- LOUREAU, As pedagogias institucionais. São Paulo: Rimas Editora, 2003.
- MONTERO, Maritza. *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. 1ª edição. Buenos Aires: Paidós, 2004a.
- _____. *Teoría e práctica de la Psicología Comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. 1ª edição. Buenos Aires: Paidós, 2004b.
- _____. *Hacer para transformar: el método la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- MORIN, Edgard. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVEIRA, P. S.(org). *O Lúdico na Cultura Solidária*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- PICHON-RIVIERE. *O processo grupal*. 8ª Edição. São Paulo: Martins fontes, 1998.
- RODRIGUES, H. de Barros C e outros. *Grupos e instituições em análise*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2002.
- SOUZA, Luciana Silva Martins. *Práticas Solidárias cotidianas entre os moradores do Parque Residencial Padre Josimo*. São Paulo: PUC SP, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, 2006.
- THIOLLENT, Michel J. M. *Metodologia da pesquisa-ação*. Coleção temas básicos de pesquisa-ação. São Paulo: Cortez e Editora Autores Associados, 1985.
- THOMPSON, R. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.